

**ANO I - EDIÇÃO Nº 185 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 15 de dezembro de 2016.**

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### ATO Nº 104/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o Termo de Cooperação Técnica e Operacional firmado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que regulamenta a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até 31 de dezembro de 2017, a cessão da servidora CLEIDE CARDOSO DE ALMEIDA, Técnico Ministerial – Especialidade: Assistência Administrativa, matrícula nº 30701, para a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, com ônus para o Órgão de origem, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV – Tocantins, parcelas referentes às pessoas físicas e jurídicas.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 975/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Sistema de Plantão instituído do âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme Ato nº 072/2016,

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR a escala de plantão no âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme a seguir:

1ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Ananás, Araguaatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Itaguatins, Tocantinópolis e Xambioá	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
07 e 13/01/2017	Promotoria de Justiça de Xambioá
13 a 20/01/2017	1ª Promotoria de Justiça de Araguaatins
20 a 27/01/2017	1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
27/01 a 03/02/2017	3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
03 a 10/02/2017	Promotoria de Justiça de Augustinópolis
10 a 17/02/2017	Promotoria de Justiça de Itaguatins
17 a 24/02/2017	2ª Promotoria de Justiça de Araguaatins
24/02 a 03/03/2017	Promotoria de Justiça de Axixá
03 a 10/03/2017	Promotoria de Justiça de Ananás
10 a 17/03/2017	Promotoria de Justiça de Itaguatins
17 a 24/03/2017	3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
24 a 31/03/2017	2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
31/03 a 07/04/2017	Promotoria de Justiça de Axixá

07 a 11/04/2017	Promotoria de Justiça de Augustinópolis
11 a 20/04/2017	Promotoria de Justiça de Xambioá
20 a 28/04/2017	1ª Promotoria de Justiça de Araguaatins
28/04 a 05/05/2017	2ª Promotoria de Justiça de Araguaatins
05 a 12/05/2017	1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
12 a 19/05/2017	2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
19 a 26/05/2017	Promotoria de Justiça de Itaguatins
26/05 a 02/06/2017	3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
02 a 09/06/2017	Promotoria de Justiça de Axixá
09 a 16/06/2017	Promotoria de Justiça de Augustinópolis
16 a 23/06/2017	Promotoria de Justiça de Ananás
23 a 30/06/2017	Promotoria de Justiça de Xambioá

2ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Araguaína, Filadélfia, Goiatins e Wanderlândia	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
07 e 13/01/2017	2ª Promotoria de Justiça de Araguaína
13 a 20/01/2017	13ª Promotoria de Justiça de Araguaína
20 a 27/01/2017	3ª Promotoria de Justiça de Araguaína
27/01 a 03/02/2017	7ª Promotoria de Justiça de Araguaína
03 a 10/02/2017	Promotoria de Justiça de Filadélfia
10 a 17/02/2017	1ª Promotoria de Justiça de Araguaína
17 a 24/02/2017	6ª Promotoria de Justiça de Araguaína
24/02 a 03/03/2017	4ª Promotoria de Justiça de Araguaína e 2ª Promotoria de Justiça de Araguaína
03 a 10/03/2017	10ª Promotoria de Justiça de Araguaína
10 a 17/03/2017	12ª Promotoria de Justiça de Araguaína
17 a 24/03/2017	5ª Promotoria de Justiça de Araguaína
24 a 31/03/2017	8ª Promotoria de Justiça de Araguaína
31/03 a 07/04/2017	10ª Promotoria de Justiça de Araguaína
07 a 11/04/2017	1ª Promotoria de Justiça de Araguaína
11 a 20/04/2017	9ª Promotoria de Justiça de Araguaína
20 a 28/04/2017	5ª Promotoria de Justiça de Araguaína
28/04 a 05/05/2017	7ª Promotoria de Justiça de Araguaína
05 a 12/05/2017	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína
12 a 19/05/2017	8ª Promotoria de Justiça de Araguaína
19 a 26/05/2017	12ª Promotoria de Justiça de Araguaína
26/05 a 02/06/2017	1ª Promotoria de Justiça de Araguaína
02 a 09/06/2017	8ª Promotoria de Justiça de Araguaína
09 a 16/06/2017	5ª Promotoria de Justiça de Araguaína
16 a 23/06/2017	9ª Promotoria de Justiça de Araguaína
23 a 30/06/2017	6ª Promotoria de Justiça de Araguaína

3ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Arapoema, Colinas do Tocantins, Colmeia, Guaraí, Itacajá e Pedro Afonso	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
07 e 13/01/2017	2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
13 a 20/01/2017	4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
20 a 27/01/2017	Promotoria de Justiça de Arapoema
27/01 a 03/02/2017	1ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
03 a 10/02/2017	3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
10 a 17/02/2017	Promotoria de Justiça de Itacajá
17 a 24/02/2017	1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso
24/02 a 03/03/2017	1ª Promotoria de Justiça de Guaraí
03 a 10/03/2017	Promotoria de Justiça de Colmeia
10 a 17/03/2017	2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso
17 a 24/03/2017	2ª Promotoria de Justiça de Guaraí
24 a 31/03/2017	3ª Promotoria de Justiça de Guaraí
31/03 a 07/04/2017	1ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
07 a 11/04/2017	2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
11 a 20/04/2017	4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
20 a 28/04/2017	3ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins
28/04 a 05/05/2017	Promotoria de Justiça de Colmeia
05 a 12/05/2017	1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso
12 a 19/05/2017	2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso
19 a 26/05/2017	Promotoria de Justiça de Arapoema
26/05 a 02/06/2017	1ª Promotoria de Justiça de Guaraí
02 a 09/06/2017	2ª Promotoria de Justiça de Guaraí
09 a 16/06/2017	Promotoria de Justiça de Itacajá
16 a 23/06/2017	3ª Promotoria de Justiça de Guaraí
23 a 30/06/2017	1ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins

4ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Araguacema, Cristalândia, Miracema do Tocantins, Miranorte, Paraíso do Tocantins, Pium e Tocantinópolis	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
07 e 13/01/2017	Promotoria de Justiça de Tocantínia
13 a 20/01/2017	Promotoria de Justiça de Cristalândia
20 a 27/01/2017	3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
27/01 a 03/02/2017	1ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
03 a 10/02/2017	1ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
10 a 17/02/2017	Promotoria de Justiça de Pium
17 a 24/02/2017	2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
24/02 a 03/03/2017	3ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
03 a 10/03/2017	1ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
10 a 17/03/2017	Promotoria de Justiça de Miranorte
17 a 24/03/2017	Promotoria de Justiça de Araguacema
24 a 31/03/2017	2ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
31/03 a 07/04/2017	3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
07 a 11/04/2017	4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
11 a 20/04/2017	Promotoria de Justiça de Miranorte
20 a 28/04/2017	5ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
28/04 a 05/05/2017	Promotoria de Justiça de Cristalândia
05 a 12/05/2017	Promotoria de Justiça de Araguacema
12 a 19/05/2017	Promotoria de Justiça de Pium
19 a 26/05/2017	Promotoria de Justiça de Tocantínia
26/05 a 02/06/2017	1ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
02 a 09/06/2017	2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
09 a 16/06/2017	3ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
16 a 23/06/2017	1ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins
23 a 30/06/2017	2ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins

#### 5ª REGIONAL

ABRANGÊNCIA: Natividade, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins e Porto Nacional

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
07 e 13/01/2017	6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
13 a 20/01/2017	Promotoria de Justiça de Ponte Alta
20 a 27/01/2017	7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
27/01 a 03/02/2017	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
03 a 10/02/2017	Promotoria de Justiça de Natividade
10 a 17/02/2017	3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
17 a 24/02/2017	Promotoria de Justiça de Novo Acordo
24/02 a 03/03/2017	2ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
03 a 10/03/2017	5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
10 a 17/03/2017	Promotoria de Justiça de Novo Acordo
17 a 24/03/2017	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
24 a 31/03/2017	4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
31/03 a 07/04/2017	3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
07 a 11/04/2017	6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
11 a 20/04/2017	Promotoria de Justiça de Ponte Alta
20 a 28/04/2017	7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
28/04 a 05/05/2017	Promotoria de Justiça de Natividade
05 a 12/05/2017	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
12 a 19/05/2017	2ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
19 a 26/05/2017	4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
26/05 a 02/06/2017	3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
02 a 09/06/2017	5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
09 a 16/06/2017	6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
16 a 23/06/2017	7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
23 a 30/06/2017	Promotoria de Justiça de Ponte Alta

#### 6ª REGIONAL

ABRANGÊNCIA: Alvorada, Araguaçu, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Palmeirópolis e Peixe

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
07 e 13/01/2017	Promotoria de Justiça de Alvorada
13 a 20/01/2017	Promotoria de Justiça de Peixe
20 a 27/01/2017	Promotoria de Justiça de Peixe
27/01 a 03/02/2017	1ª Promotoria de Justiça de Gurupi
03 a 10/02/2017	6ª Promotoria de Justiça de Gurupi
10 a 17/02/2017	4ª Promotoria de Justiça de Gurupi
17 a 24/02/2017	3ª Promotoria de Justiça de Gurupi
24/02 a 03/03/2017	Promotoria de Justiça de Figueirópolis
03 a 10/03/2017	9ª Promotoria de Justiça de Gurupi
10 a 17/03/2017	7ª Promotoria de Justiça de Gurupi
17 a 24/03/2017	5ª Promotoria de Justiça de Gurupi
24 a 31/03/2017	3ª Promotoria de Justiça de Gurupi
31/03 a 07/04/2017	4ª Promotoria de Justiça de Gurupi
07 a 11/04/2017	Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia
11 a 20/04/2017	2ª Promotoria de Justiça de Gurupi
20 a 28/04/2017	9ª Promotoria de Justiça de Gurupi
28/04 a 05/05/2017	7ª Promotoria de Justiça de Gurupi
05 a 12/05/2017	8ª Promotoria de Justiça de Gurupi
12 a 19/05/2017	Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia
19 a 26/05/2017	8ª Promotoria de Justiça de Gurupi
26/05 a 02/06/2017	Promotoria de Justiça de Araguaçu
02 a 09/06/2017	5ª Promotoria de Justiça de Gurupi
09 a 16/06/2017	Promotoria de Justiça de Palmeirópolis
16 a 23/06/2017	1ª Promotoria de Justiça de Gurupi
23 a 30/06/2017	6ª Promotoria de Justiça de Gurupi

#### 7ª REGIONAL

ABRANGÊNCIA: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Paranã e Taguatinga

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
07 e 13/01/2017	Promotoria de Justiça de Almas
13 a 20/01/2017	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins
20 a 27/01/2017	Promotoria de Justiça de Almas
27/01 a 03/02/2017	Promotoria de Justiça de Arraias
03 a 10/02/2017	Promotoria de Justiça de Paranã
10 a 17/02/2017	Promotoria de Justiça de Taguatinga
17 a 24/02/2017	1ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
24/02 a 03/03/2017	2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

03 a 10/03/2017	Promotoria de Justiça de Arraias
10 a 17/03/2017	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins
17 a 24/03/2017	Promotoria de Justiça de Taguatinga
24 a 31/03/2017	Promotoria de Justiça de Almas
31/03 a 07/04/2017	1ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
07 a 11/04/2017	2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
11 a 20/04/2017	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins
20 a 28/04/2017	Promotoria de Justiça de Paranã
28/04 a 05/05/2017	Promotoria de Justiça de Taguatinga
05 a 12/05/2017	Promotoria de Justiça de Arraias
12 a 19/05/2017	Promotoria de Justiça de Paranã
19 a 26/05/2017	Promotoria de Justiça de Almas
26/05 a 02/06/2017	1ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
02 a 09/06/2017	2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis
09 a 16/06/2017	Promotoria de Justiça de Arraias
16 a 23/06/2017	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins
23 a 30/06/2017	Promotoria de Justiça de Taguatinga

8ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Palmas	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
07 e 13/01/2017	1ª Promotoria de Justiça da Capital
13 a 20/01/2017	2ª Promotoria de Justiça da Capital
20 a 27/01/2017	9ª Promotoria de Justiça da Capital
27/01 a 03/02/2017	4ª Promotoria de Justiça da Capital
03 a 10/02/2017	3ª Promotoria de Justiça da Capital
10 a 17/02/2017	29ª Promotoria de Justiça da Capital
17 a 24/02/2017	30ª Promotoria de Justiça da Capital
24/02 a 03/03/2017	7ª Promotoria de Justiça da Capital
03 a 10/03/2017	27ª Promotoria de Justiça da Capital
10 a 17/03/2017	11ª Promotoria de Justiça da Capital
17 a 24/03/2017	13ª Promotoria de Justiça da Capital
24 a 31/03/2017	5ª Promotoria de Justiça da Capital
31/03 a 07/04/2017	14ª Promotoria de Justiça da Capital
07 a 11/04/2017	8ª Promotoria de Justiça da Capital
11 a 20/04/2017	15ª Promotoria de Justiça da Capital
20 a 28/04/2017	10ª Promotoria de Justiça da Capital
28/04 a 05/05/2017	16ª Promotoria de Justiça da Capital
05 a 12/05/2017	17ª Promotoria de Justiça da Capital
12 a 19/05/2017	18ª Promotoria de Justiça da Capital
19 a 26/05/2017	19ª Promotoria de Justiça da Capital
26/05 a 02/06/2017	20ª Promotoria de Justiça da Capital
02 a 09/06/2017	21ª Promotoria de Justiça da Capital
09 a 16/06/2017	22ª Promotoria de Justiça da Capital
16 a 23/06/2017	23ª Promotoria de Justiça da Capital
23 a 30/06/2017	24ª Promotoria de Justiça da Capital

Art. 2º O Promotor de Justiça que atuar em substituição ou designação será responsável pelo plantão da respectiva Promotoria de Justiça.

Art. 3º O Promotor de Justiça plantonista na 8ª REGIONAL, deverá atuar nas audiências de custódia da Comarca de Palmas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 979/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o disposto na Resolução nº 009/2014/CPJ;

Considerando as solicitações da Coordenação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF, protocolizada sob o número 07010147469201615;

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR o quantitativo de vagas e locais de lotação de estagiários do Programa de Estágios para Estudantes no Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme discriminado a seguir:

UNIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	LOCALIDADE	QTDE	CURSO
Promotorias de Justiça de Araguaína	Araguaína	13	DIREITO
Promotoria de Justiça de Arapoema	Arapoema	1	DIREITO
Promotorias de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Axixá do Tocantins	Axixá	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Colinas	Colinas	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Cristalândia	Cristalândia	1	DIREITO
Sede das Promotorias de Justiça de Dianópolis	Dianópolis	2	DIREITO
Promotoria de Formoso do Araguaia	Formoso	1	DIREITO
Promotorias de Justiça de Guaraí	Guaraí	1	DIREITO
8ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	DIREITO

9ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins	Miracema	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Natividade	Natividade	1	DIREITO
4ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
13ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
14ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
20ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
22ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
23ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
26ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
28ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso	1	DIREITO
4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso	1	DIREITO
1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Peixe-TO	Peixe	1	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
03ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
04ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
07ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Tocantínia	Tocantínia	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis	1	DIREITO
Conselho Superior do Ministério Público	Palmas	2	DIREITO
Sala de Atendimento ao Cidadão - SACI	Palmas	1	DIREITO
Departamento de Licitação	Palmas	1	DIREITO
CAOCID	Palmas	1	DIREITO
CAOCID	Palmas	1	ASSISTÊNCIA SOCIAL
CAOMA	Palmas	1	ARQUITETURA E URBANISMO
CAOMA	Palmas	1	ENGENHEIRO AMBIENTAL
CESAF	Palmas	1	SISTEMA PARA INTERNET
Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Palmas	1	SISTEMA PARA INTERNET
Departamento de Finanças e Contabilidade	Palmas	1	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Cartório de 2ª instância	Palmas	2	SECRETÁRIO
<b>TOTAL</b>		<b>58</b>	

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 927/2016, 24 de novembro de 2016, e demais disposições contrárias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 981/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR Thais Martins Bispo do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 21ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 16/12/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 982/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso III, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008,

CONSIDERANDO o Ato nº 109/2015, que definiu de 20 de dezembro de 2015 a 06 de janeiro de 2016 o período de recesso natalino no âmbito deste Ministério Público Estadual;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR, por necessidade de serviço, que os Promotores de Justiça, abaixo relacionados, permaneçam em exercício no período de 20.12.2016 a 06.01.2017, perante as Promotorias de Justiça que especifica, sem prejuízo de posterior compensação:

REGIONAIS	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	PROMOTORES PLANTONISTAS
3ª Regional	Arapoema	Thais Cairo Souza Lopes
	Colinas do Tocantins	
	Colmeia	
	Guaraí	
	Itacajá	
7ª Regional	Pedro Afonso	Argemiro Ferreira dos Santos Neto
	Almas	
	Arraias	
	Aurora do Tocantins	
	Dianópolis	
Paraná		
Taguatinga		

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 983/2016**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e considerando a anuência dos Promotores de Justiça da Comarca de Araguaína Ricardo Alves Peres e Benedito de Oliveira Guedes Neto, firmada por meio do Ofício nº 240/2016, de 07 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEr lotação provisória à servidora SARAH CUNHA PORTO PINHEIRO RIZO, Analista Ministerial - Especialidade Ciências Jurídicas, matrícula nº 71007, na 4ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO, no período de 05 a 15 de dezembro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**DIRETORIA-GERAL**

**PORTARIA DG Nº 165/2016**

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido na Assessoria Jurídico-Administrativa do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional - NIS, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010148004201673, em 13 de dezembro de 2016, da lavra do Dr. Célio Sousa Rocha, Promotor de Justiça/Coordenador do NIS.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Paula Cristina de Moura Silva, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 09/01/2017 a 18/01/2017, assegurando o direito de usufruto desses 10 (dez) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 14 de dezembro de 2016.

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**ATO CSMP Nº 094/2016**

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na alínea “g”, XII, Art. 4º da Resolução nº 009/2015, que Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO, o pedido de desistência ao Edital nº. 372, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins 146, em 17/10/2016, para Remoção/Promoção ao cargo de 1º Promotor de Justiça de Tocantinópolis, pelo critério de Merecimento, formulado pelo candidato Breno de Oliveira Simonassi.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual e sua imediata publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de dezembro de 2016.

Clenan Renaut de Melo Pereira  
Presidente do CSMP/TO

**23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL**

**PORTARIA Nº 001, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016**

Institui as tabelas virtuais para registro, controle e armazenamento de dados em meios eletromagnéticos concernente aos trabalhos afetos à 23ª Promotoria de Justiça da Capital, além de determinar a baixa e encerramento de todos os livros físicos para registro de procedimentos e expedientes, findos ou em andamento existentes no âmbito da 23ª PJ.

A 23ª Promotora de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e,

CONSIDERANDO que o art. 44, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008, preconiza que cada Promotoria de Justiça deverá manter os livros, pastas e arquivos obrigatórios, bem como registro e controle permanente dos seus procedimentos e expedientes, findos ou em andamento;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.682, de 9 de junho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;

CONSIDERANDO as diretrizes constantes da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial;

CONSIDERANDO os benefícios advindos da substituição da tramitação de documentos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação do serviço público, resguardando o meio ambiente e racionalizando o uso de papel;

CONSIDERANDO as diretrizes constantes da RESOLUÇÃO CNMP Nº 119, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015, que dispõe sobre o processo eletrônico no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, onde se institui o sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos

e processuais, denominado Sistema ELO, e dá outras providências;

CONSIDERANDO as recomendações da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins, com vistas a substituição dos livros de registros de procedimentos e expedientes por tabelas virtuais a serem armazenadas em meios eletromagnéticos, diante da sua efetividade e racionalização proporcionada com a economia de papel, aumentando a segurança na preservação dos dados e resguardando o meio ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam instituídas as tabelas virtuais para registro, controle e armazenamento de dados em meios eletromagnéticos concernente aos trabalhos afetos à 23ª Promotoria de Justiça da Capital em substituição aos seguintes livros físicos: Inquéritos Civis Públicos (Consumidor); Procedimentos Preparatórios (Consumidor); Notícias de Fato (Consumidor); Peças de Informação (Urbanismo/Habitação/Conflitos por posse de área urbana); Inquérito Civil Público (Consumidor); Procedimentos Preparatórios (Urbanismo/Habitação/Conflitos Coletivos por posse de área urbana); Notícias de Fato (Urbanismo/Habitação/Conflitos Coletivos por posse de área urbana) e Entrada e Saída de Documentos.

Parágrafo único. Fica determinada a baixa e encerramento de todos os livros físicos para registro de procedimentos e expedientes, findos ou em andamento existentes no âmbito da 23ª PJ, fazendo a sua deposição nos arquivos desta Unidade Ministerial, diante da substituição por meios eletromagnéticos.

Art. 2º – Compete aos analistas ministeriais e auxiliares lotados no âmbito da 23ª Promotoria de Justiça da Capital a operacionalização e alimentação das tabelas virtuais constantes dos terminais de informática alocados nesta Unidade Ministerial, fazendo as inserções dos dados obrigatórios para o adequado registro e controle permanente dos seus procedimentos e expedientes, findos ou em andamento, como forma de mantê-la atualizada.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor a partir do dia 09 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

23ª Promotoria de Justiça da Capital, em Palmas, TO, 13 de dezembro de 2016.

KÁTIA CHAVES GALLIETA  
Promotora de Justiça

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA ao Sr. ADENILSON DOS SANTOS ROCHA, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2013.6.29.23.0019. Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA à senhora CLAUDENICE PASSOS PALACI, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2015.6.29.23.0396. Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a

promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA à Sra. DELMA AMARAL, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2013.6.29.23.0133. Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA à Sra. DIESICA NALENA PROCHNOW, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2015.6.29.23.0842. Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA à Sra. ELIENE ALVES RIBEIRO, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2015.6.29.23.0448. Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA à senhora MAGNA MARIA CONCÓRDIA ALVES da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2013.6.29.23.0052. Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA ao Sr. MARLONE DA SILVA PEREIRA, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2013.6.29.23.0442.

Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2015.6.29.23.0460. Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2016.6.29.23.0390. Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

#### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA à Sra. REGIANE RODRIGUES PEIXOTO, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2016.6.29.23.0441. Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 13 de dezembro de 2016.

## 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu representante titular da 24ª Promotoria de Justiça da Capital infra-assinado, em atendimento ao disposto no art. 12, da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público – CSMP, NOTIFICA Benjamin Frederico Anders, com o fim de cientificá-lo da DECISÃO de indeferimento de pedido de instauração de inquérito civil da Notícia de Fato 2016.6.29.24.0555, instaurado para averiguar notícia de possível uso indevido do Fundo do Meio Ambiente

Informamos que, conforme disposição do citado artigo, §1º, caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que o representante tomar ciência desta decisão.

PEDRO GERALDO CUNHA DE AGUIAR  
Promotor de Justiça

## 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 054/2016

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2015/7774.

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar eventual irregularidade no lançamento a menor do ITBI, mediante fraude na emissão do D.U.A.M 6259377 e 7234179, podendo configurar possível prática de ato de improbidade que acarreta dano ao erário, bem como importa em enriquecimento ilícito ou subsidiariamente em violações dos princípios da Administração Pública, nos moldes da Lei n. 8.429/92.

INVESTIGADO(S): HUGO AIRES DE SOUSA.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 07 de dezembro de 2016.

ADRIANO NEVES  
Promotor de Justiça

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 055/2016

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2013/11434.

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ocorrência de assédio moral contra servidor público.

INVESTIGADO(S): Paula Costa Montenegro Guimarães.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 09 de dezembro de 2016.

ADRIANO NEVES  
Promotor de Justiça

## 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRACEMA

### EXTRATO DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante – 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 019/2016.

FUNDAMENTOS: Artigo 225, § 1º, inciso IV da Constituição Federal;

Lei nº 6.938/81; Resolução 001/86 e 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);

ORIGEM: Informações referentes a ausência de tratamento do sistema de esgoto (fossa séptica), bem como a precariedade dos sanitários utilizados pelo corpo discente da Escola Municipal Francisco Martins Noleto, situação que tem se agravado gradativamente, trazendo vários transtornos;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de exigências ambientais e técnica no sistema de tratamento de esgoto, bem como quanto à reforma dos sanitários da Escola Municipal Francisco Martins Noleto no Município de Miracema do Tocantins;

INVESTIGADO: Município de Miracema do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Miracema do Tocantins, 06 de dezembro de 2016.

#### EXTRATO DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante – 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 020/2016.

FUNDAMENTOS: Artigo 225, § 1º, inciso IV da Constituição Federal; Lei nº 6.938/81; Resolução 001/86 e 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); e Lei nº 12.651/2012;

ORIGEM: Denúncia formulada perante o Órgão Ministerial quanto a possível degradação ambiental em área de preservação permanente em um córrego intermitente localizado na zona urbana sem o devido licenciamento ambiental;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Investigar possível existência de córrego intermitente com área de preservação permanente em degradação,

caso seja confirmado, implementar ações que visem a regularidade do licenciamento ambiental junto ao Naturatins;

INVESTIGADO: Município de Miracema do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Miracema do Tocantins, 07 de dezembro de 2016.

#### EXTRATO DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante – 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 021/2016.

FUNDAMENTOS: Artigo 225, § 1º, inciso IV e 23 inciso VI da Constituição Federal; Lei nº 6.938/81; Resolução 001/86 e 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); Lei nº 12.651/2012;

ORIGEM: Denúncia formulada pela Diretoria Regional de Ensino quanto a necessidade de intervenção do Órgão de Execução em relação à omissão do Poder Público Municipal em implementar fiscalização para evitar degradação ambiental na nascente e nas margens do curso do Córrego Correntinho em virtude de empreendimentos particulares com uso indevido dos recursos naturais, sem o devido licenciamento ambiental.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de exigências ambientais por parte do Poder Público Municipal quanto aos empreendimentos localizados às margens do Córrego Correntinho, bem como exigir a recuperação da área degradada;

INVESTIGADO: Município de Miracema do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Miracema do Tocantins, 07 de dezembro de 2016.

**QUEREMOS OUVIR VOCÊ!**

**OUVIDORIA MPE**  
Sugira • Denuncie • Questione

**(63) 3216-7598**  
**(63) 3216-7575**

**www.mpto.mp.br**  
**ouvidoria@mpto.mp.br**